

Relações Públicas e Políticas de Comunicação: noções conceituais¹

Maria Eduarda Thaddeu PEDROSO²

Jaqueline Quincozes da Silva KEGLER³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

O artigo discute Políticas de Comunicação no âmbito das Relações Públicas, com o objetivo de analisar como as teorias de Relações Públicas abordam as noções de Políticas de Comunicação. Justifica-se pela constante busca de legitimação das organizações no cenário de agilidade tecnológica e cultural, em que a política de comunicação serve como bússola que pode resguardar a técnica profissional. Metodologicamente desenvolvemos pesquisa bibliográfica (Lakatos; Marconi, 2003), considerando Andrade (1989); Simões (1995), Grunig (2003), Kunsch (2003) Bueno (2014), Kegler e Stasiak (2024). Os resultados evidenciam a atuação estratégica do profissional de relações públicas na construção e implantação das Políticas de Comunicação.

Palavras-chave

Relações Públicas; Política de Comunicação; Universidade Pública Federal; Comunicação Pública; Estratégias comunicacionais.

Esta investigação discute a temática de Políticas de Comunicação no âmbito das Relações Públicas (RP), com o objetivo de analisar como as teorias de RP definem Política de Comunicação e como compreendem a atuação do profissional de relações públicas no processo de construção e implantação desses documentos nas instituições. Neste recorte, emprega como metodologia a pesquisa bibliográfica, cuja adoção representa o estudo aprofundado de contribuições sobre um tema a fim de possibilitar novas conclusões (Lakatos; Marconi, 2003, p. 183).

¹Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa 5 – Gestão de comunicação e estratégias comunicacionais, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

²Mestranda do Programa de Pós-graduação da UFSM (POSCOM-UFSM), Bolsista CAPES - Código de Financiamento 001, e-mail: maria.pedroso@acada.ufsm.br

³Docente do Programa de Pós-graduação da UFSM (POSCOM-UFSM), e-mail: jaqueline.kegler@ufsm.br

As considerações finais apontam para as intersecções entre as teorias de Relações Públicas e a noção de Política de Comunicação, elucidando o papel político e estratégico da técnica.

1. Teorias de Relações Públicas para embasar Políticas de Comunicação

Conforme Simões (1995), a dinâmica das organizações com os seus públicos envolve fatores de influência, comunicação e conflito, o que pode ser evidenciado nos processos decisórios, já que “faz a escolha aquela parte que tem mais poder de decisão ou condições de influenciar a decisão da outra, ou ainda impô-la, o que implica poder e seu exercício: a política” (Simões, 1995, p. 65). Nesse sentido, a função política das relações públicas implica a constante negociação entre interesses através dos relacionamentos entre os públicos e organização.

De acordo com Grunig (2003), ainda que a comunicação atue de forma integrada, ela não é capaz de controlar, isoladamente, a imagem do público sobre as organizações. Cientes disso, as Relações Públicas orientam a organização de modo a alinhar seu comportamento às expectativas dos públicos, contribuindo para a construção de uma imagem positiva na medida que realizam a mediação dos interesses de ambas as partes. Esta harmonia resulta na consolidação de relacionamentos duradouros entre público e organização (Grunig, 2003).

Em consonância com esse pensamento, Kunsch (2003) infere que a práxis das RP na comunicação organizacional mobiliza o planejamento estratégico e a comunicação integrada, a fim de manter um bom relacionamento com os públicos na medida que garante o cumprimento dos objetivos da empresa. Para tanto, considera aspectos relacionais, contextos e o condicionamento dos públicos visando a prevenção de conflitos e a credibilidade da organização (Kunsch, 2003). É nesse viés que Andrade (1989) caracteriza a atuação das RP como a classificação dos públicos para a racionalização operacional das atividades organizacionais, além da organização de esforços para facilitar a compreensão e a administração de controvérsias entre organização e públicos, tendo como critério unificador o interesse público.

Consideramos que o estudo das teorias de RP possibilita definir a linha de atuação técnica que a organização adota quando define suas políticas, planos e estratégias comunicacionais, alargando a relevância da área e da própria política

(técnica e documento) como pressuposto para sua atuação. Ou seja, a partir de Simões (1995) podemos conceder que Relações Públicas tem uma função política que se presta como orientadora da função estratégica (Andrade, 1989; Grunig, 2003; Kunsch 2003). Nossa interpretação tende a ser aplicável às organizações e às instituições de diferentes setores que queiram diretrizes através de uma política de comunicação.

2. Políticas de Comunicação

As políticas de comunicação podem ser reconhecidas como um conjunto de normas que orientam os valores e as ações de todos os colaboradores. De acordo com Bueno (2014), a Política de Comunicação (PC) representa a filosofia da gestão em comunicação, envolvendo a criação de uma cultura que permeia todos os públicos e que direciona os processos de comunicação e fluxos de informação. Para tanto, deve prezar pela valorização da instituição e pelo compromisso com o bem público. Para auxiliar na legitimação de uma organização, a PC precisa estar alinhada à cultura organizacional, o que supõe a participação ativa de ambos públicos interno e externo no processo de construção do documento (Bueno, 2014).

A institucionalização de uma Política de Comunicação na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ocorreu pela primeira vez no ano de 1995, no entanto, em 2002 a atualização do documento se deu em função de possibilitar uma comunicação integrada, dado que antes da institucionalização do primeiro documento (1995), a comunicação da Empresa era fragmentada e visava a disseminação de informações (Duarte; Da Silva, 2007, p. 14). Quando a comunicação passou a ser enxergada como um “processo de gerenciamento vital que permeia toda a organização” (Embrapa, 2002, p. 8), a Política se instaurou como uma ferramenta para orientar e sistematizar os processos de comunicação a fim de auxiliar no exercício da missão institucional e na interação com os públicos de interesse (Embrapa, 2002).

Face a essa perspectiva, Stasiak e Kegler (2024) inferem as Políticas de Comunicação como “uma técnica de Relações Públicas, necessária à consolidação da identidade, da imagem, dos valores, da missão e da cultura organizacional” (Stasiak; Kegler, 2024, p.139), orientando os processos de interação entre a instituição e seus públicos. Para tanto, deve-se incorporar no momento da estruturação e implementação

do documento aspectos como a estrutura organizacional, a definição dos públicos e dos recursos, a incorporação de técnicas de governança e do interesse público (Stasiak; Kegler, 2024).

Para além disso, outros procedimentos evidenciam intersecções entre as teorias de Relações Públicas e a noção de Política de Comunicação, especialmente no contexto de instituições públicas, como “a mobilização e integração do público interno (...) o apoio da alta gestão, a realização de pesquisas de opinião, auditorias de imagem, seminários e reuniões temáticas por conteúdos, propostas de consulta pública para angariar opiniões qualificadas” (Stasiak; Kegler, 2024, p. 148).

Ao longo da pesquisa bibliográfica, identificamos que as atividades do profissional de relações públicas são essenciais na construção e implementação de Políticas de Comunicação, na medida que auxilia na concretização de um relacionamento de confiança e credibilidade entre organização e público.

Considerações finais

Frente a convergência das abordagens teóricas, observamos que existem intersecções entre as teorias de Relações Públicas e a noção de Política de Comunicação. A investigação realizada elucida o papel político da técnica, dado que configura um instrumento de gestão que delibera ações de comunicação a serem consolidadas, bem como o papel estratégico do documento, evidenciado na sua implementação que implica considerar um planejamento estratégico que aborde “estratégias e ações voltadas para a visibilidade e a legitimação das universidades” (Stasiak; Kegler, 2024, p. 171).

Portanto, consideramos as Políticas de Comunicação enquanto processos que compreendem construir, implantar e avaliar diretrizes de comunicação e posicionamento institucional. Inserido nesses processos, o profissional de relações públicas auxilia na construção e implantação desses documentos em função de garantir uma comunicação integrada e a definição de ações específicas para cada público de interesse (Stasiak; Kegler, 2024). Desse modo, as funções são atreladas ao planejamento, execução e avaliação do processo, com a perspectiva social, política e ética do contexto vivido, das necessidades dos públicos e dos objetivos organizacionais.

Referências

ANDRADE, C. T. de S. Psicossociologia das relações públicas. Edições Loyola, 1989.

DA COSTA BUENO, W. A construção de uma Política de Comunicação como processo de legitimação da Comunicação Pública no Brasil. Revista Comunicação Midiática, Bauru, SP, v. 9, n. 3, p. 11–24, 2014. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/169>. Acesso em: 01 jun. 2025.

DUARTE, J.; DA SILVA, H. D. Política de Comunicação e gestão empresarial: a experiência da Embrapa. Organicom, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 6, p. 10–25, 2007. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2007.138923. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/138923..> Acesso em: 23 maio. 2025.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Política de Comunicação, 2002. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/32571802/Pol%C3%ADtica+de+Comunica%C3%A7%C3%A3o/b251ec43-51b0-3c91-650e-4f2beae17340> . Acesso em: 01 jun. 2025.

GRUNIG, J. E. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. Comunicação & Sociedade, v. 24, n. 39, 2003. p. 67-92.

KUNSCH, M. M. K. Relações públicas e a filosofia da comunicação integrada. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003. p. 149 - 202.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de Pesquisa. In: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas, 2003. p. 174 - 213.

SIMÕES, R. P. Relações públicas: função política. Summus Editorial, 1995.

STASIAK, D.; DA SILVA KEGLER, J. Q. Políticas de Comunicação Pública em Universidades: UFG e UFSM em análise. Organicom, v. 21, n. 45, p. 160-172, 2024.